

CHECKLIST RELATIVO À LGPD

PROAD: 6446/2021

Checklist para averiguar se os contratos envolvem coletas de dados pessoais - do particular ou servidores - se a empresa tem posse desses dados.

1 - Haverá tratamento de dados pessoais no planejamento da presente contratação?

Não.

2 - Se sim, em que momento?

3 - Se for na pesquisa de preços, incluir no modelo a seguinte informação:

Em cumprimento ao disposto nos arts. 7º, § 2º, II, e 43, IV, da Lei nº 8.666/1993, a pesquisa de preços objetiva estimar o valor da futura contratação. Os dados coletados farão parte do processo de contratação e terão acesso restrito aos setores envolvidos no procedimento, em conformidade com os arts. 6º; 7º, II, e 26, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

4 - Haverá tratamento de dados pessoais na execução da presente contratação?

Não

5 - Haverá tratamento de dados pessoais sensíveis na execução da presente contratação?

Não.

6 - A contratada terá acesso a dados pessoais pertencentes ao TRT?

Não

7 - Se sim, incluir no Edital o Termo de Confidencialidade

8 - O TRT terá acesso a dados pessoais de posse da contratada?

Não.

9 - Se sim, indicar a base legal que autoriza o compartilhamento e o tratamento dos dados.

10 - Constará do Edital a seguinte redação padrão:

O tratamento dos dados pessoais e sensíveis coletados em decorrência do presente Edital está em integral conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Especialmente em relação à proteção e às finalidades de utilização, o tratamento desses dados prescinde de consentimento do titular, inclusive para eventual compartilhamento, e terão sua publicidade de acordo com as exigências legais.

11 - Constará do instrumento contratual ou equivalente a seguinte redação padrão:

O princípio da legalidade impõe à Administração a obrigação de fundamentar todos os seus atos, contratos e condutas no ordenamento jurídico. Por decorrência lógica, o tratamento dos dados pessoais e sensíveis coletados pelo Tribunal no presente Contrato para viabilizar sua formalização está em integral conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Nesse sentido, observa a boa-fé e os princípios elencados no art. 6º, especialmente em relação à proteção dos dados e finalidades de sua utilização. O tratamento desses dados prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art 26, §1º, IV, c/c art. 27, III), e terão sua publicidade de acordo com as exigências legais.